



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

**RESOLUÇÃO nº 24/2019**

Regulamenta a implantação do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU, oriundo do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

**O TRIBUNAL PLENO DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições;

**CONSIDERANDO** os termos do art. 31, V, da Lei Complementar nº 17, de 23 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a organização dos serviços auxiliares da Justiça;

**CONSIDERANDO** as diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, em relação à execução penal, consubstanciadas nas Resoluções CNJ n. 96, de 27 de outubro de 2009; n. 101, de 15 de dezembro de 2009; e n. 113, de 20 de abril de 2010;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução CNJ n. 223, de 27 de maio de 2016, que instituiu o Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU – como sistema de processamento das informações e prática de atos processuais relativos à execução penal;

**CONSIDERANDO** o disposto na Resolução CNJ n. 280, de 09 de abril de 2019, que estabelece diretrizes e parâmetros para o processamento da execução penal nos tribunais brasileiros por intermédio do SEEU;

**R E S O L V E:**

**CAPÍTULO I**  
**DO SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU**

**Art. 1º.** Disciplinar a aplicação da Resolução CNJ n. 280, de 09 de abril de 2019, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas e a utilização do Sistema Eletrônico de Execução Unificado – SEEU - como sistema de processamento de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

informações e da prática de atos processuais relativos à execução das sentenças penais condenatórias e de suspensão condicional do processo.

**CAPÍTULO II**  
**DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO**

**Art. 2º.** Os juízos de conhecimento, cumpridas as formalidades para o início da execução penal, deverão expedir as guias de recolhimento no SEEU, nos termos do art. 1º da Resolução CNJ n. 113/2010.

**Parágrafo Único.** Na falta de documento essencial e em caso de inserção errônea de dados que impeçam o processamento do feito, a secretaria do juízo de execução devolverá a guia de recolhimento, salvo na hipótese de a própria secretaria ter acesso ao documento faltante, ainda que eletronicamente, caso em que providenciará a respectiva juntada independentemente de decisão judicial.

**CAPÍTULO III**  
**DO PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL**

**Art. 3º** Recebida a guia de recolhimento no juízo de execução, iniciará o trâmite do processo de execução penal, nos termos do art. 2º da Resolução CNJ 113/2010.

**§ 1º** O SEEU providenciará automaticamente o cálculo de liquidação de pena, com informações quanto ao término e provável data de benefícios, tais como progressão de regime e livramento condicional, disponibilizando-o para consulta pelo Juiz de Direito, pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública e pela defesa do executado.

**§ 2º** Sempre que houver alteração do cumprimento da pena, bem como no mês de janeiro de cada ano, será impresso e entregue ao sentenciado cópia do atestado de penas a cumprir e do relatório de situação processual executória, juntando-se ao SEEU o comprovante da respectiva entrega.

**Art. 4º.** Os diretores das unidades prisionais terão acesso ao SEEU para:

**I** – a realização de comunicação ao juiz competente, inclusive quanto ao cometimento de faltas disciplinares e quanto ao trabalho e estudo para fins de remição;

**II** – a obtenção do atestado de penas a cumprir e do relatório de situação processual executória.

**Art. 5º** Os órgãos da execução penal, previstos no art. 61, incisos de I a VIII da Lei n. 7.210/84, expedirão manifestação diretamente no SEEU.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

**CAPÍTULO IV**  
**DA EXECUÇÃO EM REGIME FECHADO E SEMIABERTO**

**Art. 6º** O SEEU conterà calculadora que informará, tempestiva e automaticamente, por aviso eletrônico, ao juiz responsável pela execução da pena, ao Ministério Público, à Defensoria Pública e ao defensor constituído, as datas estipuladas para:

- I – obtenção de progressão de regime;
- II – concessão de livramento condicional;
- III – enquadramento nas hipóteses de indulto e de comutação de penas.

**Art. 7º** Por meio dos dados constantes na calculadora de pena do SEEU, uma vez preenchido o requisito temporal, o incidente para concessão do benefício será instaurado de ofício pelo juiz competente.

**§ 1º** Instaurado o incidente quanto a benefício prisional, sem prejuízo da comunicação periódica na forma da Lei de Execução Penal, as unidades prisionais deverão instruí-lo com atestado de conduta carcerária e atestado de dias trabalhados, estudados e de leitura para fins de remissão.

**§ 2º** Na hipótese de ausência de algum dos documentos referidos no § 1º deste artigo, a secretaria da unidade judiciária providenciará junto ao órgão competente a respectiva remessa do documento para posterior juntada ao processo.

**Art. 8º** Os pedidos incidentais, na área de execução penal, quando não instaurados de ofício, serão cadastrados no SEEU e vinculados aos autos de execução penal do sentenciado.

**§ 1º** Os pedidos podem ser instaurados por iniciativa do Ministério Público, do executado, representado por advogado, ou da Defensoria Pública.

**§ 2º** Verificada pelo sistema eletrônico a ausência de requisito objetivo necessário à concessão do benefício pleiteado, os autos serão automaticamente conclusos ao juiz.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

**CAPÍTULO V**  
**DA EXECUÇÃO EM REGIME ABERTO, EM LIVRAMENTO CONDICIONAL E DAS**  
**PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS**

**Art. 9º** A fiscalização das penas em regime aberto, em livramento condicional e das restritivas de direitos iniciar-se-á com a guia de execução, devidamente instruída e cadastrada junto ao SEEU.

**Art. 10.** Após determinação judicial, a secretaria da unidade judiciária designará audiência admonitória, providenciando-se a intimação do sentenciado, de sua defesa e do Ministério Público.

**Art. 11.** Após a audiência, o sentenciado será encaminhado para entidades cadastradas ou para programa de acompanhamento e fiscalização de penas e medidas alternativas.

**Art. 12.** A Divisão da Tecnologia da Informação e Comunicação – DVTIC - providenciará a criação de perfil no SEEU de entidades e de programas do Poder Executivo dedicados ao cumprimento das penas e medidas alternativas, de maneira a viabilizar que as informações e comunicações acerca do cumprimento da pena se processem de modo eletrônico.

**CAPÍTULO VI**  
**DA EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA**

**Art. 13.** A execução das medidas de segurança iniciar-se-á com a guia de execução para fins de internação ou de tratamento ambulatorial, devidamente instruída, consoante as regras da Resolução CNJ n. 113/2009.

**Art. 14.** O SEEU conterà calculadora que informará, tempestiva e automaticamente, por aviso eletrônico ao magistrado responsável, ao Ministério Público e ao Defensor, as datas estipuladas para realização de exame de cessação de periculosidade.

**CAPÍTULO VII**  
**DOS RECURSOS**

**Art. 15.** Os agravos em execução serão protocolizados no juízo da execução por meio do SEEU e as peças indicadas pelo agravante serão encaminhadas eletronicamente ao TJAM.

**Parágrafo Único.** Os agravos das execuções penais que tramitam no segundo grau de jurisdição, serão protocolizados no sistema SAJ e as informações, eventualmente requisitadas aos juízos de primeiro grau, também tramitarão via SAJ.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

**Art. 16.** Julgado o recurso, a secretaria da unidade judiciária digitalizará o acórdão e a certidão de trânsito em julgado, enviando-o ao juízo competente por meio eletrônico para anexação ao SEEU.

**CAPÍTULO VIII**  
**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 17.** As cartas precatórias e as cartas de ordem serão cadastradas e processadas no SEEU.

**Parágrafo Único.** Cumprida integralmente a diligência deprecada, os documentos comprobatórios serão enviados por tal via ao juízo deprecante.

**Art. 18.** Compete à Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Amazonas (OAB/AM), inclusive por suas Subseções, ao Ministério Público do Estado do Amazonas e à Defensoria Pública do Estado do Amazonas, respectivamente, o cadastramento dos advogados, promotores, defensores públicos e servidores no SEEU.

**Art. 19.** Os processos de execução penal e seus incidentes tramitarão paralelamente no SEEU, sem prejuízo da tramitação no SAJ, até que o SEEU atinja a maturidade, confiabilidade e segurança necessárias à plenitude e exclusividade da sua utilização.

**§ 1º** Os processos de competência da execução penal ou restritivas de direito, que tramitem em autos diversos do processo de conhecimento, serão migrados para o SEEU, assim que iniciar sua utilização plena.

**Art. 20.** O processo migrado para o Sistema Eletrônico de Execução Unificado deverá manter a integridade de suas peças processuais, bem como o registro das principais informações processuais, sem prejuízo de eventuais correções desses dados no novo sistema.

**Art. 21.** Serão administradores locais do SEEU os Juízes Auxiliares da Presidência, os Juízes Auxiliares da Corregedoria, o Secretário Geral de Justiça e o Diretor da Divisão da Tecnologia da Informação e Comunicação.

**Art. 22.** A Presidência expedirá provimento disciplinando a atuação dos servidores que participarão do grupo de trabalho de implantação do SEEU no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Amazonas.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

**Art. 23.** Os casos omissos relativos à implantação do SEEU, em matéria administrativa, serão decididos pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

**Art. 24.** A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das sessões do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas,  
em Manaus, 21 de novembro de 2019.

Desembargador **YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA**  
Presidente

Desembargador **DJALMA MARTINS DA COSTA**

Desembargador **JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES**

Desembargadora **MARIA DAS GRAÇAS PESSOA FIGUEIREDO**

Desembargador **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA**

Desembargadora **MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO GUEDES MOURA**

Desembargador **DOMINGOS JORGE CHALUB PEREIRA**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

Desembargador **FLÁVIO HUMBERTO PASCARELLI LOPES**

Desembargador **PAULO CESAR CAMINHA E LIMA**

Desembargador **ARISTÓTELES LIMA THURY**

Desembargador **JOÃO MAURO BESSA**

Desembargador **CLÁUDIO CÉSAR RAMALHEIRA ROESSING**

Desembargador **SABINO DA SILVA MARQUES**

Desembargadora **CARLA MARIA SANTOS DOS REIS**

Desembargador **WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO**  
**Vice-Presidente**

Desembargador **JORGE MANOEL LOPES LINS**

Desembargador **LAFAYETTE CARNEIRO VIEIRA JÚNIOR**  
Corregedor Geral de Justiça



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**

Desembargadora **NÉLIA CAMINHA JORGE**

Desembargador **JOMAR RICARDO SAUNDERS FERNANDES**

Desembargador **AIRTON LUÍS CORRÊA GENTIL**

Desembargador **JOSÉ HAMILTON SARAIVA DOS SANTOS**

Desembargador **ERNESTO ANSELMO QUEIROZ CHÍXARO**

Desembargador **ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA**

Desembargadora **JOANA DOS SANTOS MEIRELLES**

Desembargador **DÉLCIO LUÍS SANTOS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**Presidência**